

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 56

Data: 25.09.82

Pg.: _____

Índios Pataxó se recusam a abandonar suas terras

Trinta e cinco famílias que representam cerca de 280 dos 400 Pataxó-Hã-hã-hã se recusam a deixar sua aldeia Caramuru-Paraguassu, contrariando orientação do presidente da Fundação Nacional do Índio, coronel Paulo Moreira Leal, segundo informou ontem o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Paulo Suess, após ter recebido telefonema do cacique Samado, comunicando a decisão.

O padre Paulo disse, ainda, que uma das casas que estava sendo construída para os Pataxó, Centro Experimental de Almada, foi queimada pela população local que não os quer lá, "por considerá-los preguiçosos, ciganos".

Esse ambiente de hostilidade que começa a surgir antes da possível transferência dos índios está deixando o Cimi extremamente preocupado, e cada vez mais certo de que a remoção dos Pataxó não deve acontecer.

A representação movida pelo Cimi junto ao Ministério Público Federal contra a Funai, pedindo arguição de responsabilidade tutelar, por discordar da transferência dos índios, foi encaminhada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a todos os bispos do país, disse o padre Paulo.

HISTÓRICO

Em 1926, por força de um decreto-lei, foram reservadas aos índios 56 mil hectares de terras no município de Pau Brasil. No entanto, como se constituem numa reserva de grande potencial econômico, sempre esteve sob a cobiça dos grandes fazendeiros regionais, interessados na expansão de suas lavouras de cacau e pecuária.

— Tal pressão, diz o documento do Cimi, se desenvolveu através de múltiplos mecanismos que incluíram a invasão de um dos postos, em 1936, por forças policiais e fazendeiros, e sobretudo, a política de arrendamentos posta em prática desde a implantação da reserva pelo órgão respon-

sável à época, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A crescente ocupação do território por parte dos brancos levou, progressivamente, à dispersão da população indígena, e à sua incorporação como mão-de-obra nas fazendas invasoras.

Apesar dos constantes arrendamentos e invasões, a reserva resistiu por algumas décadas à sua destruição, mantendo lavouras de milho, feijão, cana, cacau, laranja, mandioca, café e criatórios de gado. A investida mais decisiva que sofreu foi em 1957, mediante o desencadeamento de um grande movimento que reivindicava a sua extinção, alegando ser a reserva excessivamente grande para a população indígena, considerada reduzida.

De acordo com o documento do Cimi, esse movimento associou-se à situação precária dos postos indígenas ali instalados na época, que já então haviam perdido quase completamente as suas benfeitorias. Ao longo da década seguinte eles foram sendo gradativamente desativados, face ao completo abandono a que se viram submetidos pela Funai. Após quase dez anos de total ausência do órgão na área, o Governo do Estado, através da sua secretaria de Agricultura concedeu, em 1976, títulos de propriedade aos antigos arrendatários, os fazendeiros.

No final da década de trinta, a reserva Caramuru-Paraguassu sofreu uma única redução em caráter oficial, para 36 mil hectares.

— Após esse fato, a Funai tentou debilmente, e sob a pressão da opinião pública, buscar uma solução legal para o caso, através da reativação de uma parcela da primitiva reserva. Mas, em 1979 os trabalhos de demarcação de uma porção de dez mil hectares foram obstados pela ação violenta dos fazendeiros, permanecendo desde então inalterada a situação. Atualmente, os poucos índios que permanecem, mantêm controle apenas sobre uma pequena faixa de cinco hectares em torno da antiga sede do Posto Caramuru.